
Can we decrease the distance between architectures and city?

EURAU'12

ABSTRACT. Each city has its own urban matrix which is expressed in its urban fabrics. Cities are always realities of great diversity and heterogeneity as result of natural conditions, of appropriation modes, of social aspirations, of technological developments, of production in time... This diversity of urban character constitutes a qualifying factor of the city, and should be studied and enhanced.

The adoption of urban regulation models of general and quantitative character, not meeting with morphological and typological criteria, cause "urban dissonances". These situations are particularly notorious when they occur in urban fabrics with special set value. The regulation of the existing urban fabrics requires a regulatory compliance that comes close to the specific characteristics of the urban fabrics.

We argue that there is a "self regulation" of the urban fabrics that can be based on morpho-typological reading and on the notion of urban set value.

KEYWORDS. city, architecture, urban fabrics, public space, morpho-typologies, urban regulation, Porto.

Rui Américo Cardoso*

** Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo – Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto*

Via Panorâmica, s/n, 4150-755 Porto, Portugal. rac@arq.up.pt

+351 226 057 100

__introdução

1. cidade e arquitectura

2. cidade e arquitectura da cidade

3. cidade e arquitectura na cidade

__algumas considerações finais

__introdução

Apesar de se identificar a necessidade de reconhecimento e qualificação da realidade urbana alargada, constituída por territórios de matriz rural a que se justapõem infra-estruturas de mobilidade e dispersão/mutação de actividades, e cujas características nos impedem de reconhecer como cidade e como arquitectura urbana; procura-se neste texto focalizar o olhar nos contextos consolidados ou em consolidação, na convicção de que a salvaguarda e valorização destes contextos, muito contribuirá para a estruturação equilibrada daquela realidade urbana alargada.

Cada cidade possui a sua própria matriz urbana que se encontra expressa nos seus tecidos urbanos. Por força do seu processo de formação no tempo, morfologicamente, as cidades são sempre realidades de grande diversidade e heterogeneidade. A cidade é uma entidade composta por extractos e formas sucessivas que determinam ambientes urbanos diversificados. Essa diversidade de carácter urbano constitui-se como um factor de qualificação da cidade. Apenas o reconhecimento, caracterização e valorização dos tecidos urbanos - expressão de diversidade plasmada em formas urbanas construídas por processos de apropriação, urbanização e construção - poderá contribuir para a qualificação da cidade enquanto entidade que reúne a autenticidade e diversidade das suas partes constituintes.

Nos últimos cem anos, as transformações das cidades ocorrem a um ritmo que em muito se distingue do ritmo de transformação ocorrido até ao início do séc.XX. As cidades crescem rapidamente, e geralmente seguem conceitos e modelos tão universais quanto alheios às realidades físicas e culturais próprias. A adopção de critérios de regulação urbanística de carácter generalista e quantitativo, não atendendo aos preceitos morfológicos e tipológicos, podem provocar "dissonâncias urbanas". Este facto é particularmente importante em cidades que, sendo resultado de um processo histórico de formação, alicerçado em matrizes urbanas e tipos edificatórios específicos, sofrem intervenções que descaracterizam os seus espaços urbanos, distanciando-se do contexto morfológico, histórico e sociocultural local.

Defende-se a existência de uma "auto-regulação" proveniente da leitura morfo-tipológica dos tecidos urbanos e da noção de *valor de conjunto urbanístico*. Apenas o reconhecimento da génese de formação da cidade e das características morfo-tipológicas dos seus tecidos urbanos pode permitir estabelecer critérios específicos para a regulação do uso do solo e da edificação.

1. cidade e arquitectura

Desde o entendimento da *cidade como uma grande casa e da casa como uma pequena cidade*, formulado por *Leon Battista Alberti*, muitos ambientes urbanos foram construídos como se de edifícios se tratassem e muitos edifícios foram construídos no pleno intuito de construção da cidade. Designio de relação e integração tão orientador da acção de construção da cidade, quanto da frustração dos seus construtores face à realidade contemporânea do processo de formação e transformação da cidade.

De facto, o modo como no mundo ocidental é encarada a construção da cidade e a relação entre cidade e arquitectura, não constitui um quadro estável ao longo dos tempos. No séc.XX verificam-se grandes transformações daquela relação. A atitude perante a cidade é fortemente alterada com a crescente procura de uma maior racionalidade e método na prática do planeamento urbano. No entanto, a actuação na cidade, assim considerada, tende a afastar-se da realidade concreta e das suas especificidades com a aplicação de modelos de actuação de cariz abstracto, sistemático e generalista. Esta mudança de paradigma, as mudanças tecnológicas que ocorreram e o aumento da escala e da quantidade das intervenções, contrariam a prévia relação com a cidade, na qual carências e anseios, orientação e acção eram delineados em forte articulação com a realidade existente e os seus antecedentes.

Nos anos 30 do séc.XX, com a realização dos *Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna* (CIAM), verifica-se uma ruptura no modo de pensar a cidade. Como principal alteração, verifica-se o alheamento face às lógicas de organização das estruturas urbanas existentes, que será estabelecida pela ideologia urbanística proposta pela *Carta de Atenas* e a defesa da cidade funcionalista. A tentativa de generalização da doutrina desenvolvida nos CIAM (com particular destaque para o congresso de 1933 realizado em Atenas, que propunha a eficácia da cidade funcional em contraponto à cidade histórica), as mutações socioeconómicas, políticas e tecnológicas, bem como a tendência para a especialização e progressiva autonomia dos saberes que interferem na construção da cidade, ajudam ao entendimento da evolução dos fenómenos da transformação urbana. Verifica-se uma profunda transformação disciplinar que vai da prática da arquitectura urbana à emergência do planeamento urbano.

As hipóteses teóricas incluídas na *Carta de Atenas* de 1943¹ viriam a encontrar aplicabilidade após a destruição provocada pela II Guerra Mundial, tendo a aplicação daqueles princípios teóricos sido desenvolvida de distintos modos em distintos contextos. Na Europa de Leste a aplicação daqueles princípios verifica-se em grande escala, impulsionada pela realidade política e socioeconómica que garantiu uma forte capacidade de actuação. Noutros contextos, nomeadamente no Norte da Europa, verifica-se uma procura de adaptabilidade dos princípios teóricos à realidade, com intervenções de menor escala e de maior adequabilidade aos valores naturais e culturais. Verifica-se ainda a adopção daqueles princípios urbanísticos em intervenções de raiz, construídas como artefactos urbanos globais². Exemplos que põem em evidência, por um lado, a força da arquitectura moderna e a capacidade de gerar espaços urbanos desvinculados dos modelos da cidade histórica; e por outro, a dificuldade em lidar com a complexidade socioeconómica dos processos de evolução da cidade no tempo.

¹ Texto de *Le Corbusier*, que retoma e reinterpreta as conclusões do Congresso de 1933.

² São disso exemplo as intervenções de *Chandigarh*, com *Le Corbusier*, e de *Brasília*, com *Lúcio Costa* e *Oscar Niemeyer*.

O CIAM de 1959, realizado em *Otterlo*, determina o culminar de um conjunto de sérias críticas à *Carta de Atenas* e às suas implicações na construção da cidade moderna. Este conjunto de críticas ganha corpo desde a constituição do *Team 10* e acabaria por ditar o fim dos CIAM.

Como contraponto à *Carta de Atenas* procura-se que a arquitectura desenvolva uma maior aproximação à escala da vivência humana, fomentando a qualidade ambiental urbana. No entanto estes princípios não põem em causa a adopção de uma arquitectura de tradição moderna, que não se vincula à vanguarda racionalista, nem procura uma aproximação manifesta à arquitectura vernacular. Trata-se da adopção de uma arquitectura de tradição moderna que procura, com base em cada solicitação programática concreta, desenvolver uma resposta baseada na interpretação das realidades locais.

No pós-guerra, e até aos anos sessenta, as grandes economias mundiais conseguem consolidar a recuperação e verifica-se um grande desenvolvimento económico e tecnológico. Com aquela fase de desenvolvimento entra-se num período de significativas alterações dos modos de vida. Trata-se de um contexto propício a mudanças radicais e ao surgimento de utopias nos mais diversos campos de actividade, a que não ficam imunes a arquitectura e o urbanismo. Neste ambiente, a cidade começa a ser entendida como um artefacto que em múltiplos aspectos não acompanha a evolução da sociedade, e surgem movimentos que reivindicam a mudança e que formulam novas utopias. De entre estes movimentos importa referir as propostas do *grupo Metabolista* e do *grupo Archigram*. O *grupo Metabolista*, composto por arquitectos japoneses, propunha como solução para o crescimento das cidades o recurso a megaestruturas arquitectónicas, que se poderiam desenvolver como organismos, e que incorporam grandes infra-estruturas de suporte à mobilidade e um vasto sistema de serviços, bem como unidades/cápsulas para albergar as funções habitar, trabalhar, etc. Como crítica ao modo de fazer cidade instituído, o *grupo Archigram*, propõe a concepção de macroestruturas arquitectónicas que pudessem albergar uma comunidade. Recorrendo a formulações de cariz fortemente utópico e gracioso, as suas propostas fundamentam-se nas possibilidades criadas pelo desenvolvimento tecnológico, e no fomento da capacidade de escolha, decisão e alteração atribuídas aos utentes.

2. cidade e arquitectura da cidade

Em meados do séc.XX, a realidade da cidade existente, nas suas múltiplas configurações e ambientes, como quadro de vida presente e futuro ganha importância disciplinar. Verifica-se o retorno aos valores dos processos e formas urbanas precedentes, aos valores das lógicas de estruturação urbana com base em critérios projectuais específicos, ao invés da adopção de critérios projectuais gerais e da aplicação acrítica de modelos urbanos. Autores como *Muratori* e *Quaroni* retomam e defendem a posição cultural da coesão entre arquitectura e cidade, defendendo que os tecidos urbanos resultantes do processo de formação da cidade se constituem como valor cultural. *Muratori* e os seus seguidores, com destaque para *Caniggia*, desenvolvem uma abordagem teórica baseada na importância do conhecimento do processo histórico de formação dos tecidos urbanos para a condução dos modos de actuação. Partindo da relação dialética entre a parte e o todo, a abordagem teórica enunciada por *Muratori* assenta na estrutura de reconhecimento da realidade através das noções de "tipo", "tecido", e "organismo". Noções de base morfo-tipológica inerentes a um processo de formação e desenvolvimento histórico que os determina, e que *Muratori* sintetiza com o

conceito de "história operativa". A importância atribuída aos tipos edificatórios e à sua participação na construção dos tecidos urbanos é determinante na abordagem teórica destes autores da tradição italiana.

Progride-se para uma consciência colectiva da necessidade de preservação e valorização do património edificado, que numa lógica focalizada no edificado monumental, passa progressivamente a uma lógica orientada para conjuntos urbanos.

Outros autores italianos desenvolvem outras abordagens, com destaque para *Rossi* que se refere à materialidade da relação entre cidade e arquitectura através do controlo efectivo do espaço e do edificado, aquilo que designa por "fazer cidade". Em 1966, publica a "*Arquitectura da Cidade*" e defende que em cada cidade é necessário conhecer as características e especificidades físicas para construir o entendimento de uma ordem específica que oriente a actuação, através de uma arquitectura que só pode ser entendida como construção da cidade. Para *Rossi* há uma concreta, determinada e indissociável relação entre arquitectura e cidade que produz o "facto urbano", cuja manifestação vai do monumento ao tecido residencial e aos espaços públicos.

Abordagens diversas à questão da morfologia urbana têm sido desenvolvidas por outros autores. *Conzen*, propõe uma abordagem de cariz indutiva para lidar com a realidade urbana. Esta abordagem de natureza geográfica é conjugada com uma abordagem histórica, focando-se nos processos e actores da formação e transformação das áreas urbanas. Esta abordagem processual e histórico-geográfica, tem sequência com *Whitehand* que, com a fundação do *Urban Morphology Research Group, School of Geography, University of Birmingham*, procura associar à abordagem proposta por *Conzen* o entendimento mais aprofundado dos mecanismos económicos presentes no processo de construção e transformação urbana.

Também no decurso da segunda metade do séc.XX, os trabalhos de *Lynch*, *Cullen*, *Alexander*, *Portas*, *Krier*, de *Martin* e *March*, e de *Hillier* e *Hanson*; constituem-se como importantes referências. Com "*The image of the city*", publicado em 1960, *Lynch* propõe uma abordagem teórica à cidade que se baseia na leitura da imagem da cidade. *Lynch* estabelece o conceito de "legibilidade" da cidade que se estrutura com a identificação e controlo da relação dos elementos que compõem a paisagem urbana. Refere-se deste modo, ao "aspecto visual da cidade", interrogando-se acerca da importância da imagem da cidade e de como nela se poderá intervir. Em 1961, com "*Townscape*", *Cullen*, próximo do pensamento de *Lynch*, propõe a atenção à relação entre os elementos que participam na conformação do ambiente urbano. *Cullen*, que se ocupa das questões emocionais, estuda os elementos que determinam o carácter do ambiente urbano, e estuda a importância do movimento na percepção e reconhecimento do espaço urbano. *Alexander*, com "*A city is not a tree*", publicado em 1965, defende o desenvolvimento das cidades como estruturas menos hierarquizadas, considerando que o processo de forte hierarquização adoptado na construção de cidades nas duas décadas anteriores deve ser contrariado. Em 1969, *Portas* publica "*A cidade como arquitectura*", texto em que aborda a intervenção na cidade entre responsabilidade cívica e organização e desenho do espaço urbano através da arquitectura. Considerando que "*sob o ponto de vista da arquitectura urbana não pode haver edifício que não faça cidade ou seja, não há tipologia que não esteja, por estrutura, penetrada por uma morfologia urbana. Fora deste sistema não há senão individualismo ou ilusão tecnocrática*" (*Portas*, 1969. 9). Pondo em causa o urbanismo como técnica e receituário, procura clarificar as finalidades do planeamento do território (actividades e meios de comunicação) e da arquitectura urbana (lugares de vida com sentido colectivo). Em

1975, com "*L'espace de la ville: théorie et pratique*", Krier desenvolve um método de aproximação à cidade que se baseia numa classificação e sistematização tipomorfológica de ruas, praças e monumentos, como elementos urbanos de referência na estruturação da cidade.

Há ainda outros autores que propõem o recurso a abordagens de cariz matemático e geométrico, como *Martin* e *March*, que fundaram em 1963 o centro de investigação: *Land Use and Built Form Studies* (LUBFS) na Universidade de Cambridge. Desde então estes autores desenvolvem investigação que põe em confronto formas e modelos de ocupação urbana. Em 1984, *Hillier* e *Hanson*, propõem uma abordagem teórica e metodológica de análise espacial com base na análise axial e no movimento do observador no espaço - *space syntax* - que permite a representação quantitativa de índices de conectividade e de integração dos espaços.

3. cidade e arquitectura na cidade

Cidade e arquitectura na cidade - a força dos exemplos, é o teor deste terceiro ponto. Com a investigação em curso procura-se determinar de entre os inúmeros aspectos que influenciam o desenho do espaço urbano, aqueles que poderão ser determinantes para o estabelecimento de *ordem urbana*. Neste texto, procura-se abordar apenas a problemática dos alinhamentos urbanos e da relação entre a configuração das parcelas e o desenho do espaço público. Para isso foram desenvolvidas análises e escolhidos alguns exemplos na cidade do Porto.

A escolha recaiu em exemplos de intervenção que não desenham a continuidade do espaço público da cidade, e que têm como objectivo maior a optimização do interesse particular. São casos em que os interesses particulares, nomeadamente de regularização dos espaços próprios do edifício, são lesivos da conformação do espaço público. Situações que nem os critérios disciplinares da arquitectura nem a regulação urbanística, foram capazes de acautelar nas quatro últimas décadas do séc.XX no Porto (período a que reportam os exemplos escolhidos).

Nos três exemplos escolhidos, a configuração da parcela é oblíqua ao alinhamento da frente urbana. O primeiro exemplo (Fig.1 e 2) revela que todas as parcelas que conformam a frente urbana são igualmente oblíquas. No entanto, o desenho das fachadas em nada o revela. Identifica-se a repetição de um tipo edificatório que se adapta à configuração da parcela, valorizando assim a relação com a rua e a continuidade da frente urbana.



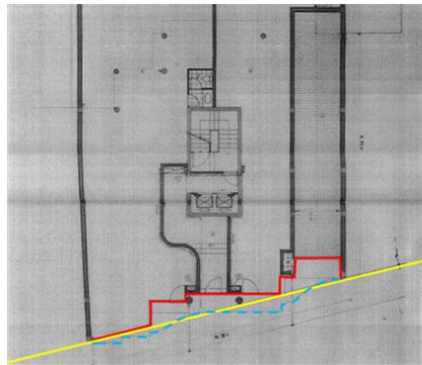
Fig.1 Exemplo 1. Rua da Alegria, Porto. Extractos das plantas da cidade de 1892, 1939 e 2012.



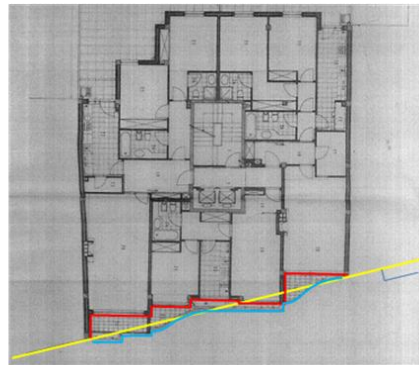
Fig.2 Exemplo 1. Rua da Alegria, Porto. Fotografia aérea (com indicação de alinhamento e de ruptura) e fotografias de rua.



Fig.3 Exemplo 2. Rua da Constituição, Porto. Fotografia aérea (com indicação de alinhamento e de ruptura) e fotografias de rua.



Planta do Piso Térreo



Planta do Piso Tipo

- alinhamento da frente urbana
- limite exterior / interior
- - - projecção dos corpos balçados
- limite dos corpos balçados

Fig.4 Exemplo 2. Rua da Constituição, Porto. Planta do Piso Térreo e Planta do Piso Tipo do edifício construído. Com traço contínuo amarelo: alinhamento da frente urbana; com traço contínuo vermelho: limite exterior / interior; com traço interrompido azul: projecção dos corpos balçados; e com traço contínuo azul: limite dos corpos balçados.



Fig.5 Exemplo 3. Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, Porto. Fotografias aéreas e fotografias de rua. Sobre a fotografia aérea: com traço contínuo amarelo: limite do espaço público; com traço contínuo vermelho mais espesso: edificado; com traço contínuo vermelho mais fino: limites das parcelas.

Estes exemplos podem ser justificados pela não adopção de critérios morfotipológicos na regulação do edificado na vigência dos precedentes instrumentos de planeamento urbanístico da cidade.

A expansão da cidade do Porto é marcada qualitativamente pelo desenvolvimento verificado desde meados do séc.XVIII até às primeiras décadas do séc.XX, verificando-se que são os territórios desse desenvolvimento que sofrem maiores acções de descaracterização (Fig. 1 e 2).

O recurso a regulação urbanística baseada em zonamentos funcionais e quantitativos revelou-se desajustado à gestão de tecidos urbanos que requerem abordagens específicas. Naturalmente, esta situação não é exclusiva da cidade do Porto, *"ao nível da definição dos parâmetros urbanísticos existem diversos tipos de Planos Directores que se distribuem entre duas situações extremas: os que se baseiam na definição de critérios morfológicos (alinhamentos, cêrceas, tipos, etc.) para regularem a gestão do território, não definindo parâmetros quantitativos de ocupação do solo e; os que incorporam estes parâmetros (índices urbanísticos, coeficientes de ocupação do solo, etc.) esquecendo a vertente morfológica que permite desenhar o território"* (FERNANDES de SÁ, 1988. 25).

De facto, os critérios de gestão urbana dos anteriores ciclos de planeamento da cidade não diferenciaram convenientemente o tratamento das diversas realidades físicas da cidade. No Porto, desde o início dos anos sessenta do séc.XX, muitos factores de descaracterização do carácter da cidade foram introduzidos. A ordem

urbana, a unidade e harmonia de significativos conjuntos urbanos da cidade não foi convenientemente valorizada e salvaguardada pela regulação urbanística nos precedentes planos urbanísticos da cidade. Verifica-se a existência de acções de substituição de edificado que resultam fortemente lesivas dos conjuntos urbanísticos e arquitectónicos em que intervêm. Esta constatação obriga a que se equacione a especificidade da regulação e da transformação destes conjuntos urbanos.

__algumas considerações finais

Entende-se a cidade como campo central da reflexão e da prática arquitectónica, o que obriga ao reconhecimento dos seus valores e à incorporação desses valores nas acções a empreender.

Na actualidade, a diversidade de tecidos urbanos, e de ambientes urbanos, é entendida como um valor e tem fomentado a reflexão disciplinar e política. A identificação da singularidade dos tecidos urbanos, e a implementação de uma regulação mais adaptada à sua especificidade, pode contribuir para a qualificação e valorização da cidade enquanto entidade composta de sub-entidades diversificadas.

Neste sentido, considera-se que pode ser proposta uma chave de leitura de base morfológica para lidar com a realidade urbana, e que pode ser estabelecida a partir de três níveis fundamentais de análise: as formas construídas (espaço público e edificado); o processo de formação no tempo (génese e transformação); e articulação de diversos níveis de análise dos elementos urbanos (a parte e o todo / elemento e estrutura; tecido urbano e sistema urbano). Formas construídas entendidas como configurações do edificado e do espaço público, que participam na construção do ambiente urbano. Processo de formação no tempo entendido como processo histórico de desenvolvimento nas componentes físicas, económicas e sociais que determinam as realidades construídas. Articulação de diversos níveis de análise dos elementos urbanos entendida como reconhecimento de padrões através da identificação de elementos e conjuntos urbanos; reconhecendo os padrões relativos às parcelas, ao edificado, às ruas, aos tecidos, que participam na construção da estrutura da cidade. Procura-se um método de caracterização do espaço urbano que permita a identificação dos elementos que concorrem para a materialização das unidades morfo-tipológicas, e a identificação dos elementos causadores de dissonância e ruptura.

Reconhecer a cidade existente como património remete para a concepção da cidade como arquitectura, e para o entendimento da manutenção como transformação. *"Não basta não demolir a Torre do Clérigos, não basta não demolir o Barredo. Não é necessário destruir para transformar. Para a transformar, é necessário e indispensável não destruir a cidade."* (SIZA, 2001. A cidade que temos).

A Procura de ordem urbana obriga a uma maior aproximação entre interesse público e interesse privado, entre espaço público e edificado, entre tradição e modernidade. Seja ao nível do edificado isolado, seja ao nível do projecto urbano, a arquitectura deve fundamentar a sua acção na circunstância em presença, como acção de completamento das estruturas físicas e históricas em que opera, procurando reconhecer os valores e elementos ordenadores que possam fundamentar a acção em continuidade.

Nos tecidos urbanos consolidados e em consolidação, deve-se retomar a simplicidade de critérios morfológicos como a imposição de *alinhamentos e cérceas*, deve-se reconsiderar a possibilidade de efectuar volumes em balanço sobre o

espaço público e deve-se reconsiderar a influência da configuração das parcelas no desenho do espaço público.

Trata-se do entendimento da arquitectura corrente como fragmento do contexto em que se insere; fragmento de uma composição alargada que possui valor intrínseco que ultrapassa o aqui e agora da produção arquitectónica. O que remete para a noção de composição urbana e de arquitectura da cidade. Há uma arquitectura urbana a considerar antes das arquitecturas. Há que aprofundar e melhorar o reconhecimento das qualidades espaciais da cidade, o que convoca um olhar dedicado à morfologia urbana. Trata-se de aprofundar o olhar já expresso na recente revisão do Plano Director Municipal do Porto, com a adopção de critérios de regulação urbanística diversificados, ditados pela diversidade reconhecida na realidade urbana.

"A Modernidade de um acontecimento mede-se pela relação que ele mantém com as condições dentro das quais se realiza. Em matéria de Arquitectura e Urbanismo, modernidade significa integração perfeita de todos os elementos que podem influir na realização de qualquer obra (...) As grandes obras de Arquitectura e de Urbanismo foram sempre modernas na medida em que traduziram exactamente, isto é, segundo uma relação perfeita, as suas condições envolventes." (TÁVORA, 1993. 9,10). Os aglomerados urbanos são resultado da interacção dos cidadãos com o meio físico em presença, através da construção de lugares que respondem às necessidades e aos anseios do seu tempo. Mas esta formação ou transformação de lugares de vida, convive sempre com antecedentes e realidades físicas que possuem carácter e morfologias determinados. No entanto, não raras vezes, verifica-se uma significativa indiferença ao contexto, o que se distancia do sentido colectivo da acção. A cidade faz-se mais da repetição de coisas semelhantes do que de coisas diferentes. Apenas deste modo se evidenciam os elementos singulares dos seus tecidos urbanos.

Defende-se neste texto que a abordagem à morfologia urbana tem um papel importante a desempenhar na compreensão e desenho da cidade. Mas esta abordagem à morfologia urbana, não visa a conservação e manutenção das realidades estudadas, visa o conhecimento relacional dos elementos que participam na construção da estrutura e ambiente urbano, aumentando assim o nível de comprometimento da regulação e das acções a empreender.

O respeito pela entidade cidade, e pelo tecido urbano concreto, não permite o livre arbítrio da intervenção, pois o valor das intervenções depende da relação que estabelecem com o contexto. *"Sendo assim, projectar, planejar, desenhar, não deverão traduzir-se para o arquitecto na criação de formas vazias de sentido, impostas por capricho da moda ou por capricho de qualquer outra natureza. As formas que ele criará deverão resultar, antes, de um equilíbrio sábio entre a sua visão pessoal e a circunstância que o envolve e para tanto deverá ele conhecê-la intensamente, tão intensamente que conhecer e ser se confundem."* (TÁVORA, 1982. 86).

Importa focar a discussão na morfologia do espaço público como entidade concreta em cuja conformação participam as arquitecturas. Afinal, apenas há que encontrar no que está o que precisa ser feito. No contexto urbano, a arquitectura é a continuidade da cidade ao procurar aproximar a realização ao que lhe dá sentido colectivo, o que implica considerar a arquitectura da cidade e não a arquitectura na cidade. A cidade é um bem público e uma acção colectiva. *"A prática não é apenas o que se faz mas a conta pública do que se faz"* (SANTOS, 1989. 122), pelo que se julga ser necessário reforçar o peso da responsabilidade social daqueles que participam na construção da cidade.

Bibliografia

- ASCHER, François. *Les nouveaux principes de l'urbanisme*, Éditions de l'Aube, 2001.
- BENEVOLO, Leonardo. *Historia de la arquitectura moderna*. Ed. G. Gili, 6ª ed. Barcelona, 1987 (1ª ed. 1974).
- CHOAY, Françoise. *La règle et le modèle*. Éditions du Seuil, Paris, 1980.
- FERNANDES de SÁ, Manuel; PORTAS, Nuno (Coord.); CARDOSO, Rui. Planos Operativos de Escala Intermédia – Caracterização Técnica e Arquitectónica. Relatório final do Projecto de Investigação CEFA-UP/DGOT/JNICT, 1998.
- FERNANDES de SÁ, Manuel; JUNCAL, Manuela; MADUREIRA, Susana. *A relação entre morfologia urbana e o planeamento municipal – O caso do PDM do Porto*. Primeira conferência do PNUM Morfologia Urbana em Portugal: Abordagens e Perspectivas, 2011.
- LYNCH, Kevin. *La imagen de la ciudad*. Ed. G. Gili, México, 1984 (1ª ed. 1960).
- MERLIN, Pierre; CHOAY, Françoise. *Dictionnaire de l'Urbanisme et de l'Aménagement*. Press Universitaire de France, Paris, 1996 (1ª ed. 1988).
- MURATORI, Saverio. *Studi per una operante storia urbana di Venezia*. (estratto da "Palladio" Revista di Storia dell'Architettura N. III-IV – Luglio-Dicembre 1959) Istituto Poligrafico dello Stato, Libreria dello Stato, Roma.
- NONELL, Anni Günther. *Porto, 1763/1852: a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. FAUP, Porto, 2002.
- PORTAS, Nuno. *A cidade como arquitectura*. Livros Horizonte, Lisboa, 1969.
- PORTAS, Nuno. *Os Tempos das Formas (Vol. I): A Cidade Feita e Refeita*. DAAUM, Guimarães, 2005.
- PORTAS, Nuno. *Os Tempos das Formas (Vol. II): A Cidade Imperfeita e a Fazer*. DAAUM, Guimarães, 2012.
- ROSSI, Aldo. *L'architettura della città*. Quodlibet, Macerata, 2011 (1ª ed. 1966).
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Afrontamento, Porto, 1989.
- SIZA, Álvaro; CASTANHEIRA, Carlos. *As cidades de Álvaro Siza*. Figueirinhas, Porto, 2001.
- SECCHI, Bernardo. *Prima lezione di urbanistica*. Laterza & Figli, Bari 2001. (1ª ed. 2000).
- SOLÀ-MORALES, Ignasi de. *Territorios*. Ed. G. Gili, Barcelona, 2002.
- SOLÀ-MORALES, Manuel. *Las formas de crecimiento urbano*. ED Ediciones, UPC, Barcelona, 1997.
- TÁVORA, Fernando. *Teoria geral da organização do espaço - arquitectura e urbanismo - a lição das constantes*. FAUP, Porto, 1993. (original: Lusíada, Revista Ilustrada de Cultura, volume 1, número 2, Novembro 1952).
- TÁVORA, Fernando. *Da Organização do Espaço*. ESBAP, Porto, 1982 (1ª ed. 1962).

Biografia

Rui Américo Cardoso (Porto, 1970), arquitecto pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP); mestre em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano pelas Faculdades de Arquitectura e de Engenharia da UP; doutorando no PDA/FAUP/Dinâmicas e Formas Urbanas: "Tecidos urbanos, espaço público e regulação da edificação. Elemento e estrutura na forma e significado dos espaços urbanos da cidade do Porto".

Desenvolve actividade como profissional liberal; desde 1994.

Integra no Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (CEFA-UP) a equipa de investigação: "Planos Operativos de Escala Intermédia - Caracterização Técnica e Arquitectónica", como bolseiro da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) e sob coordenação de Nuno Portas e de Manuel Fernandes de Sá; entre 02/1995 e 03/1998.

Participa no "Estudo da Forma Urbana das Cidades Médias Portuguesas" / "Sistema Urbano Nacional: Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais" Quatenaire Portugal / DGOTDU; sob coordenação de Rui Mealha e Manuel Ribau; em 1997.

Integra no CEFA-UP a equipa do "Projecto Urbano PolisAveiro / Plano de Urbanização do Programa PolisAveiro"; sob coordenação de Nuno Portas e de Luís Viegas; entre 06/2001 e 06/2002.

É docente de Projecto I na FAUP; desde 2003.

Integra no CEFA-UP a equipa que desenvolve "Assessoria à CMNisa nas áreas do Planeamento Estratégico, Urbanismo e Arquitectura", sob coordenação de Rui Braz Afonso; desde 09/2006.

Integra no Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo (CEAU) da FAUP o grupo de investigação "Morfologias e Dinâmicas do Território"; desde 12/2011.